



Empréstimo externo do BNDES poderá ter controle do Senado

Comissão de Assuntos Econômicos deve analisar amanhã projeto que submete as operações de crédito exterior do banco à autorização dos senadores

A autora da proposta, senadora Ana Amélia, lembra que o BNDES tem feito financiamentos diretos a outros países sem qualquer análise do Legislativo. Segundo o relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Romero Jucá, que é favorável ao texto, entre 2007 e 2013 foram liberados cerca de US\$ 7,8 bilhões para esse tipo de operação. Os recursos garantiram obras como os metrô de Caracas e da Cidade do Panamá,

hidrelétricas no Equador e no Peru, o Porto de Mariel, em Cuba, um aeroporto em Moçambique e vias expressas em Angola. Pelo texto de Ana Amélia, o controle do Senado seria feito sobre as operações com governos estrangeiros. Não seriam afetados financiamentos externos vinculados à exportação de bens e serviços nacionais. Hoje o Senado já disciplina as operações com recursos orçamentários da União. Depois da CAE, projeto terá de passar pelo Plenário. **3**

Grande parte dos recursos emprestados pelo BNDES é proveniente de repasses feitos pelo Tesouro Nacional



Ascom/BNDES

ACONTECEU NO SENADO



Marcos Oliveira/Agência Senado — 25/11/2015

Senadores observam no painel o resultado da votação sobre Delcídio

Em votação aberta, senadores mantiveram prisão de Delcídio

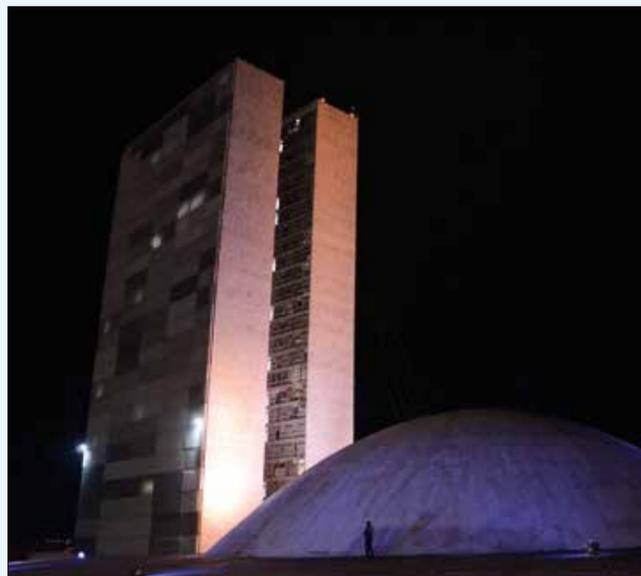
Na quarta-feira, em votação aberta, os senadores decidiram manter a prisão preventiva do líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), que havia sido determinada no mesmo dia pelo Supremo Tribunal Federal. O senador é suspeito de tentar obstruir os trabalhos da

Operação Lava-Jato, que investiga casos de corrupção na Petrobras. Na terça-feira, o Plenário aprovou a MP 688/2015, que compensa as hidrelétricas com o aumento das tarifas quando a falta de chuva comprometer a geração de energia. **4**



Consumo de energia na Casa está em queda

Compra de equipamentos com maior eficiência energética, modernização das instalações elétricas e conscientização dos servidores permitiram que o Senado economizasse, entre 2012 e 2014, energia equivalente à de 360 residências. **2**



Após ações de conscientização, poucas luzes ficam acesas na torre do Senado

Ann Volpe/Senado Federal

Morrem 81% mais negros que brancos em MT

Estatística foi apresentada na sexta-feira pelo secretário de Segurança Pública do estado, Mauro Zaque, durante audiência da CPI do Assassinato de Jovens em Cuiabá. A presidente do colegiado, Lídice da Mata, informou que o índice de mortes por armas de fogo aumentou 8,6% no estado nos últimos dez anos. **3**

Plenário começa semana com a pauta trancada

Para que a pauta do Plenário seja liberada, os senadores precisam votar a MP 697/2015, que destina mais de R\$ 950 milhões a cinco ministérios. A maior parte desse montante, R\$ 610 milhões, vai para ações do Ministério da Integração Nacional de atendimento a populações afetadas por desastres naturais. **4**

Na Bahia, comissão conhece problemas do São Francisco **3**

Em audiência hoje, auditor da Receita pedirá valorização **2**

CPI decide se quebra sigilo de Del Nero, Marin e Teixeira **4**

Energia poupada no Senado é equivalente à de 360 casas

Entre as ações que vêm garantindo a economia, estão a compra de equipamentos com maior eficiência energética, a modernização das instalações elétricas e a conscientização dos servidores



ENTRE 2012 E 2014, o Senado economizou 740 mil quilowatts-hora (kWh) de energia elétrica, o equivalente ao consumo de aproximadamente 360 residências no mesmo período. Se for considerado o gasto médio mensal de 2015, registrado até outubro, a economia, desde 2012, seria de 937 mil kWh. Para reduzir o consumo e aumentar a qualidade do sistema energético, a Casa tem focado em campanhas de conscientização dos servidores e na aquisição de equipamentos com alto nível de eficiência energética.

A coordenadora do Núcleo de Coordenação das Ações Socioambientais do Senado, Andréa Bakaj, afirma que a redução não deve ser pautada apenas pela redução do valor das contas de luz, mas também pela preocupação com a escassez de energia no planeta. Com o intuito de alertar os funcionários sobre a importância das atitudes sustentáveis, algumas medidas devem ser implementadas ainda este ano.

— Vamos fazer uma campanha de sensibilização corpo a corpo em todos os setores para buscar o apoio de “ecolegas”. Uma das nossas ações está

voltada para a redução do consumo de energia — diz, referindo-se ao Programa Ecolega, criado para disseminar as boas práticas adotadas por algumas unidades da Casa.

A campanha contará com linguagem simples e direta, tanto nas explicações orais quanto no conteúdo dos materiais publicitários.

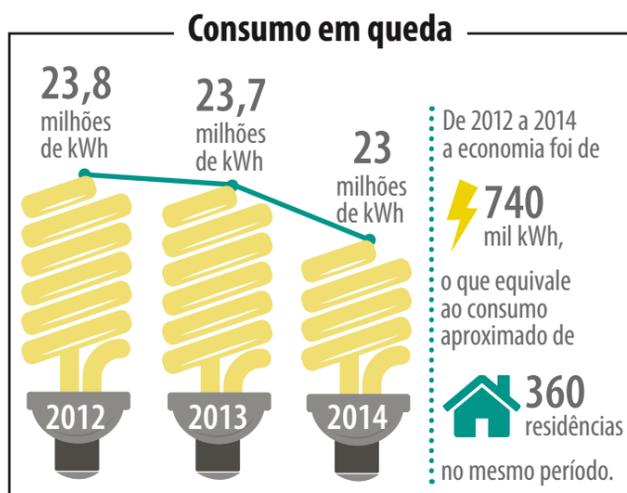
— Trata-se de um trabalho contínuo e feito em conjunto. Cada servidor pode ajudar muito e, aos poucos, a gente vai difundindo essa mentalidade. É um trabalho de formiguinha para formar um exército de servidores conscientes — afirma.

De acordo com Joelmo Borges, diretor da Secretaria de Infraestrutura, a iluminação do Senado é considerada de alta eficiência, levando em consi-

deração “a quantidade de luz por watt de energia gasto”. Os novos equipamentos adquiridos, a exemplo dos aparelhos de ar-condicionado, têm o selo Procel Classe A de eficiência energética.

O diretor salienta que a prioridade da Secretaria de Infraestrutura é a adequação às normas vigentes e à modernização das instalações elétricas. O primeiro passo será a substituição de uma subestação por instalações mais seguras e adequadas à realidade atual.

— O impacto imediato para os usuários após a implantação do projeto será o aumento na qualidade da energia e confiabilidade do sistema. Para as equipes de manutenção, existirão ganhos na segurança das instalações — avalia Borges.



Carreira de auditor da Receita será debatida hoje

A valorização da administração tributária e da carreira de auditor fiscal será debatida hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, foi o autor do requerimento para a audiência pública.

Paim cobrou o reconhecimento do trabalho dos auditores fiscais da Receita Federal, destacando a complexidade e a importância dos profissionais. Segundo o senador, a

atuação dos auditores proporcionou ao governo federal, no ano passado, uma arrecadação superior a R\$ 1 trilhão.

— Os esforços do auditor fiscal em prol do crescimento da arrecadação federal têm sido ignorados, em termos remuneratórios, pelo governo. Vinte e seis estados remuneram melhor seus auditores fiscais do que o próprio governo federal — disse.

Para a audiência, foram convidados representantes do

Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), da Receita Federal e do Ministério do Planejamento.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

CDH Auditor fiscal

9h Audiência sobre valorização da administração tributária e do auditor fiscal.

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa.

TERÇA

CCT Identificação de chamadas

9h Análise de projeto sobre gratuidade da identificação de chamada.

CDH Reeducação do agressor

9h Audiência sobre reeducação do agressor no contexto da violência contra a mulher.

CMA Revitalização do São Francisco

9h30 Apresentação de relatório sobre revitalização do São Francisco. Depois, análise de texto sobre política de educação ambiental.

CAE Energia para turismo rural

10h Exame de projeto que assegura tarifa especial de energia a estabelecimentos de turismo rural.

CMO Lei orçamentária

10h30 Análise de relatório da proposta orçamentária de 2016. Às 13h30, reunião de líderes. Às 14h30, reunião ordinária da Comissão Mista de Orçamento.

CE Acessibilidade em bibliotecas

11h30 Em exame, projeto sobre implantação de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais.

CPI DO HSBC Requerimento

14h30 A CPI do HSBC aprecia requerimento.

MP 690/2015 Taxação de bebidas

14h30 Análise de relatório da MP que eleva o tributo de eletroeletrônicos e bebidas quentes.

CMA Roaming

14h30 Audiência sobre projeto que proíbe a cobrança de adicional por chamada em ligações de celular originadas em redes de empresas do mesmo grupo econômico.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate

14h30 Audiência sobre o abuso sexual de meninas e mulheres no meio esportivo.

CPI DO FUTEBOL Requerimentos

15h Análise de requerimentos.

MP 696/2015 Presidência da República

15h Análise de relatório da MP que redesenha a estrutura da Presidência da República.

QUARTA

CI Rastreamento de carga

8h30 Em pauta, projeto que obriga o rastreamento de carga nuclear e radioativa.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Evento

8h30 Comissão mista promove o seminário Mulheres, Violência e Mídias Sociais.

CAS Designer de interiores

9h Abre a pauta proposta que regula a profissão de designer de interiores.

CDR Frente parlamentar

9h Projeto que cria no Senado a Frente Parlamentar em Apoio à Sudam está na pauta.

CCJ Carteira de motorista

10h Projeto sobre expedição de carteira internacional de motorista abre a pauta.

CE Inclusão de deficientes

10h Audiência sobre inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional.

SESSÃO ESPECIAL Premiação

11h Entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, no Plenário.

CMO Audiência pública

14h Reunião extra; às 17h, participa de audiência pública sobre obras irregulares.

CPI DO FUTEBOL Requerimentos

14h30 Análise de requerimentos.

MP 695/2015 Bancos públicos

14h30 Análise do relatório da MP, que permite a BB e Caixa adquirir participação em instituições financeiras até 2018.

QUINTA

CE Lei de inclusão

9h Debate sobre a Lei Brasileira de Inclusão.

MP 693/2015 Porte de armas

9h30 Audiência sobre MP que libera o porte de arma a servidores da Receita Federal.

CMO/CAE/CMA Política monetária

10h Audiência conjunta sobre metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

CRE Embaixadores

10h Análise de indicações de embaixadores para a Coreia e Granada.

DEBATES TEMÁTICOS Crise de água

11h Sessão de debates temáticos para discutir a crise e a escassez de água no Brasil.

SEXTA

CDR Amazônia sustentável

9h Seminário sobre projetos sustentáveis para a Amazônia e o Amapá.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto Souza,

Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Coordenação de Edição: Silvio Burle

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado poderá controlar crédito para o exterior

Está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos texto de Ana Amélia que prevê a autorização do Legislativo para financiamentos do BNDES a obras em outros países

AS OPERAÇÕES DE financiamento externo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com entidades estrangeiras de direito público terão de ser autorizadas pelo Senado.

A medida é prevista em projeto de resolução que está na pauta de amanhã, às 10h, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PRS 2/2014, de Ana Amélia

(PP-RS), altera a Resolução 50/1993, do Senado, que, na redação atual, só disciplina as operações com recursos orçamentários da União. Grande parte dos recursos emprestados pelo BNDES tem como origem repasses do Tesouro, mas as operações em si são contratadas entre o banco e os tomadores do empréstimo.

Segundo a senadora, o BNDES tem realizado opera-

ções de financiamento direto a países como Cuba, Angola e Venezuela, sem qualquer controle do Legislativo.

Esses recursos já garantiram obras como os metrô de Caracas e da Cidade do Panamá, hidrelétricas no Equador e no Peru, um porto em Cuba (Mariel), aeroporto e BRT (transporte rápido por ônibus) em Moçambique e vias expressas em Angola.

Ana Amélia esclarece que, se o projeto for aprovado, o controle do Senado seria limitado às operações cujo mutuário é um governo estrangeiro. Não seriam afetados financiamentos externos vinculados à exportação de bens e serviços nacionais.

O relator na CAE, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou voto favorável à proposta e afirmou que, entre 2007 e

2013, foram liberados US\$ 7,8 bilhões para esse tipo de operação. “Apesar de esse volume de recursos representar apenas 2% da carteira de crédito do BNDES, é extremamente significativa para um país tão carente desse tipo de investimento como o Brasil”, diz.

Após a deliberação da CAE, o PRS 2/2014 será votado pelo Plenário. A pauta da comissão inclui mais 13 itens.

Jovem e negro são maiores vítimas da violência em Mato Grosso

A CPI do Assassinato de Jovens realizou ontem audiência na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para discutir a violência no estado.

Na abertura do encontro com autoridades locais e especialistas no assunto, a presidente da comissão, Lídice da Mata (PSB-BA), lembrou que as estatísticas de Mato Grosso indicam que, nos últimos dez anos, houve 8,6% de aumento no índice de mortes por arma de fogo. Segundo ela, o estado não está entre os mais violentos, mas segue a média nacional no que diz respeito às maiores vítimas: negros e pobres das periferias das grandes cidades.

— É necessário acender a luz vermelha. Temos um governador que veio do Ministério Público e conhece os instrumentos jurídicos para que possamos ter uma política

pública voltada para a solução desses casos — afirmou, referindo-se ao ex-senador e atual governador, Pedro Taques.

A senadora ressaltou que houve 56 mil assassinatos em 2013, dos quais 33 mil são de jovens negros de periferia:

— Estamos falando de uma parcela maior do que países em guerra. Perdemos mais gente que os EUA em toda a guerra do Vietnã. O Brasil ainda não acordou para essa realidade. Somos um país violento que vive praticamente uma guerra civil nas grandes cidades.

Vácuo

De acordo com o secretário de Segurança Pública de Mato Grosso, Mauro Zaque, o setor viveu um vácuo de investimentos por mais de 15 anos e o atual governo vem investindo em reforços de efetivos policiais e na mudança de infraestrutura

e logística.

— Em 2015, o número de homicídios de jovens em Mato Grosso sofreu uma queda de 20% em comparação ao ano passado. A segurança não é questão apenas de polícia, mas está ligada à interdisciplinaridade, ou seja, várias áreas do estado atendendo ao mesmo tempo — explicou Zaque.

José Medeiros (PPS-MT) lembrou que a taxa de morte entre a população jovem por arma de fogo em Mato Grosso aumentou 11,4%, mas o dado mais preocupante é o de homicídios entre os negros, que está em 81% maior que a taxa da população branca. Para ele, a impunidade é outro problema, e a CPI pode colaborar para satisfazer os anseios sociais.

— Um dos pontos propostos pela CPI é colocar todos esses problemas na mesa para que seja possível fazer com que as

políticas públicas tenham mais efetividade — disse o senador.

A CPI tem feito reuniões fora do Senado e já esteve em Manaus, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Natal e agora Cuiabá. Já foram ouvidos mais de 100 especialistas, pesquisadores, organizações governamentais e não governamentais e familiares de vítimas.

A comissão, que iniciou as atividades em junho, tem como vice-presidente Paulo Paim (PT-RS) e como relator Lindbergh Farias (PT-RJ). O colegiado tem até 14 de março de 2016 para concluir os trabalhos.

(Com informações da Assembleia Legislativa de Mato Grosso)



Lídice preside a audiência pública em Cuiabá, que foi proposta por Medeiros (D)

Na Bahia, comissão vê problemas do Rio São Francisco

Otto Alencar (PSD-BA) esteve na sexta-feira em Bom Jesus da Lapa (BA) integrando a diligência da Comissão de Meio Ambiente (CMA) ao Rio São Francisco para verificar a crise hídrica.

O senador defendeu mais recursos para a revitalização do rio. Ele pede que R\$ 600 milhões do Orçamento da União do próximo ano sejam destinados à revitalização do São Francisco.

— Apesar do acelerado aumento da utilização das águas do São Francisco, não têm ocorrido investimentos dos

governos federal e estaduais suficientes para garantir a preservação de nascentes e afluentes do rio. Só se produz água plantando árvores.

Otto citou o despejo de esgoto, o assoreamento e a destruição de mata ciliar e das nascentes, além do desaparecimento de rios na Região Nordeste e em Minas Gerais.

O presidente da CMA defende que o governo federal decrete situação de emergência na Bacia Hidrográfica do São Francisco por causa do assoreamento e o baixo nível das Barragens de Sobradinho

e Três Marias. O São Francisco é a única fonte segura de água para o semiárido.

Segundo o senador, sem a revitalização não será possível a transposição das águas e o rio será apenas um caminho de areia em pouco tempo.

A diligência integra o plano de trabalho da CMA. A comissão avalia a política pública de revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, conhecido como rio da integração nacional, por cortar cinco estados (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas).

Otto apresentará amanhã um diagnóstico sobre a revitalização. A apresentação do relatório e a posterior aprovação são a última etapa do plano de trabalho da comissão.

Também participaram da diligência o presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Felipe Mendes de Oliveira, o deputado federal Sérgio Brito (PSD-BA), prefeitos da região e ribeirinhos.

Abuso sexual no esporte é tema de audiência

O abuso sexual contra meninas e mulheres no meio esportivo será tema de audiência amanhã, às 14h30, na Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher. As atletas Joanna Maranhão e Rebeca Gusmão estão entre as convidadas. Em evento promovido pela Procuradoria da Mulher do Senado, em outubro, Rebeca, que atuou na natação e no futebol, denunciou abuso sexual em times e federações.

— No futebol feminino vi meninas sendo abusadas em troca de promessas de ida para a seleção, ou por cesta básica — afirmou.

A audiência foi requerida pela deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), que qualificou como “perversa” a prática, por atuar inclusive contra o sonho de jovens que buscam se profissionalizar pelo esporte.

Debate aborda reeducação de homem agressor

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai promover amanhã, às 9h, uma audiência para debater a reeducação do agressor da mulher. O debate faz parte da atividade de avaliação das ações do Executivo relacionadas à política de enfrentamento à violência contra a mulher. A realização da audiência atende requerimento de Regina Sousa (PT-PI) e de Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

Estão convidados o juiz Jamilson Haddad; as promotoras Érica Canuto e Lindinalva Rodrigues; as psicólogas Luciana Beco Madureira e Sueli Brandão Borges; a gerente dos Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica do Distrito Federal, Maisa Guimarães; e a coordenadora da Formação em Terapia de Família do Instituto Noos, Leonora Corsini.



Otto Alencar fala durante diligência a cidade baiana banhada pelo São Francisco

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Integração Nacional, Relações Exteriores, Justiça, Transportes e Defesa tiveram R\$ 950,2 milhões liberados. PEC que cria a Autoridade Fiscal Independente também pode ser votada nesta semana

MP que destina verbas a ministérios tranca a pauta

AGENDA BRASIL

A PAUTA DO Plenário de amanhã está trançada pela Medida Provisória (MP) 697/2015, que distribui R\$ 950,2 milhões a cinco ministérios. A MP liberou R\$ 610 milhões ao Ministério da Integração Nacional para atendimento a vítimas de desastres naturais. Ao Ministério das Relações Exteriores, foram destinados R\$ 300 milhões para pagar alugueis de imóveis e auxílio-moradia. O Ministério da Justiça receberá R\$ 15 milhões para assistência a refugiados. Ao Ministério dos Transportes, foram destinados R\$ 19 milhões para obras emergenciais em terminais fluviais no Amazonas. O Ministério da Defesa ficará com R\$ 6,2 milhões, para a manutenção da ordem em Mato Grosso do Sul.

Depois de destrancada a pauta, o Plenário poderá votar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015, que promove uma série de ações para o incentivo à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Além de regulamentar parcerias de longo prazo entre os setores público e privado, o projeto abre, por exemplo, a possibilidade de dispensa de licitação, pela administração pública, nas contratações de serviços ou produtos inovadores de empresas de micro, pequeno e médio portes.

Também consta na pauta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110/2015, que

restringe os cargos comissionados na administração pública. De autoria de Aécio Neves (PSDB-MG) e relatada por Alvaro Dias (PSDB-PR), a proposta trata do número de cargos comissionados — de livre nomeação pelo gestor — na administração pública. Ela reduz a quantidade desses cargos nos governos federal, estaduais e municipais e exige processo seletivo público para o preenchimento.

Estima-se que apenas o governo federal tenha hoje 27 mil cargos comissionados. Essa quantidade seria reduzida ao equivalente a 30% do total de cargos efetivos no primeiro ano de vigência da nova emenda constitucional, patamar que passaria a 20% no segundo ano e alcançaria a meta de 10% três anos após a aprovação. Os estados e municípios, por sua vez, poderão manter parcelas maiores de comissionados em sua estrutura: 20% e 30% dos respectivos totais de

servidores efetivos.

A pauta inclui a PEC 83/2015, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que cria a Autoridade Fiscal Independente — órgão auxiliar do Legislativo para avaliar a política fiscal do governo federal. A proposta faz parte da Agenda Brasil, apresentada pelo presidente do Senado com o objetivo de incentivar o crescimento econômico do país.

Renan disse que a autoridade será um órgão técnico, apartidário e autônomo, com a missão de avaliar a política fiscal do país. Ligada ao Congresso, será composta por servidores concursados, liderados por um diretor-geral, com a função de emitir alertas em caso de excessos administrativos nos gastos públicos. Esses alertas podem ser dados por meio de documentos, análises, relatórios ou declarações da autoridade fiscal, que devem ser consistentes e ter a maior transparência possível.



Proposta por Renan, nova instituição teria a missão de avaliar a política fiscal

CPI vota quebra de sigilo de comitê da Copa e dirigentes

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol reúne-se amanhã, às 15h, para votação de 24 requerimentos de quebra de sigilo de dados de pessoas e empresas. Os pedidos atingem dirigentes e ex-dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e do Comitê Organizador da Copa

do Mundo de 2014.

A CPI foi criada para investigar supostas irregularidades em contratos assinados pela CBF para a realização de partidas da seleção brasileira de futebol e também campeonatos organizados pela entidade.

Os pedidos de quebra de sigilo de dados e contratos são

para o Comitê Organizador Brasileiro da Copa de 2014, Ricardo Teixeira, Marco Polo Del Nero e José Maria Marin.

Também podem ter o sigilo quebrado Kleber Leite, Angelo Verospi, Lilian Cristina Martins, Carolina Galan, Rogério Langanke Caboclo, Antônio Osório Ribeiro Lopes da Costa, Ariberto Pereira dos Santos, Júlio César Avelleda, Wagner José Abrahão, Rita de Cássia Rodrigues Moreira, Fernando Jales Oliveira, a Zayd Empreendimentos 2025, a Klefer Produções, a Atena Operadora Turística e a Jat Imóveis.

Há requerimentos para que a Polícia Federal, o Superior Tribunal de Justiça e a Procuradoria-Geral da República compartilhem com a CPI informações que contribuam para as investigações da comissão.



Presidida por Romário, CPI decide se quebra sigilo de Marin, Teixeira e Del Nero

ACONTECEU NO SENADO

| Votação Aberta | RESULTADO | DESCRIÇÃO |
|----------------|--------------|--------------------------|
| | SIM 59 | AMAPA |
| | NÃO 13 | João Capiberibe PSB |
| | ABSTENÇÃO 1 | Randolfo Rodrigues REDE |
| | PRESIDENTE 1 | Davi Alcolumbre DEM |
| | QUORUM 74 | AMAZONAS |
| | | Sandra Braga PMDB |
| | | Vanessa Grazziotin PCDeB |
| | | Omar Aziz PSB |
| | | BARRIA |
| | | Lúcia da Mata PSB |
| | | Walter Pinheiro PT |
| | | Otto Alencar PSD |

Em votação aberta, 59 senadores apoiaram decisão do STF pela prisão

Senado decide manter Delcídio do Amaral preso

O Senado decidiu, na quarta-feira, manter a prisão do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), líder do governo na Casa. Foram 59 votos favoráveis, 13 contrários e 1 abstenção. A prisão foi pedida pelo Supremo Tribunal Federal, sob a alegação de que Delcídio estava agindo para atrapalhar a Operação Lava-Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras.



AGENDA BRASIL: AGILIDADE PARA LICENÇA AMBIENTAL

A Comissão Especial da Agenda Brasil aprovou na quarta o projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) que acelera a liberação de licenças ambientais para grandes empreendimentos de infraestrutura (PLS 654/2015).

APROVADA COMPENSAÇÃO PARA HIDRELÉTRICAS

Na terça, o Plenário aprovou o PLV 23/2015, decorrente da MP 688/2015, que compensa as hidrelétricas pelo déficit na geração de energia pela falta de chuva. O texto também prorroga contratos das usinas.



CONGRESSO LEMBRA DIA CONTRA VIOLÊNCIA À MULHER

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, a Procuradoria da Mulher do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara comemoraram, na quarta, o Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Foi lançado o blog Mulheres no Congresso, para divulgar trabalhos da comissão.

FALTA FISCALIZAÇÃO DE BARRAGEM, APONTA DEBATE

A Subcomissão da Mineração debateu, na terça, o desastre em Mariana (MG). Especialistas disseram que tremores não causaram o acidente e que só há 6 fiscais em Minas Gerais para 206 barragens.



VENDA DE BEBIDA ALCOÓLICA EM RODOVIA PODE ACABAR

Na terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o PLS 169/2011, de Marcelo Cirvella (PRB-RJ), que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos situados às margens de rodovias federais.

TEXTO QUE AMPLIA SIMPLES NACIONAL GANHA APOIO EM SP

A Comissão de Assuntos Econômicos fez audiência pública em São Paulo, na segunda, sobre o PLC 125/2015 — Complementar, que sobe o limite para enquadrar microempresa no regime do Simples Nacional. Presentes Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae, e Milton Bogus, diretor da Fiesp.



BOTÃO DO PÂNICO FUNCIONA NA PROTEÇÃO DA MULHER

Audiência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, na terça, apontou o sucesso de dispositivos eletrônicos, como botão do pânico e tornozeleira, na proteção às agressões domésticas e familiares.

MÉDICO DEVERÁ REVALIDAR DIPLOMA ESTRANGEIRO

A Comissão de Educação aprovou em caráter final, na terça, o PLS 138/2012, que obriga médicos diplomados por universidades estrangeiras a passar por exame de revalidação dos diplomas, o Revalida.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado

Antonio Cruz/Agência Brasil

Ana Volpe/Agência Senado

Jonas Pereira/Agência Senado — 25/11/2015

Itaipu Binacional

Marcos Oliveira/Agência Senado

Tânio Régio/ABR